

**UMA LEITURA DE *AMÊNDOAS, DOCES, VENENOS*
FICÇÃO E HISTÓRIA DA SOCIEDADE PORTUENSE DO SÉCULO XIX**

ANA MARGARIDA RAMOS
(Mestra pela Universidade do Porto)

O romance *Amêndoas, doces, venenos* de António Rebordão Navarro, publicado em Dezembro de 1998, aborda algumas temáticas características da produção romanesca deste autor, ao mesmo tempo que abre espaço à introdução de várias inovações, tanto ao nível do estilo como do conteúdo.

O universo diegético centra-se na reconstituição do caso do médico e professor portuense Dr. Vicente Urbino de Freitas, acusado e condenado pelo crime de infanticídio do sobrinho Mário Guilherme; dá conta dos vários antecedentes do assassinato, das ligações familiares e afins dos elementos directamente ligados ao crime, de todo o processo de investigação, do julgamento do caso e das suas consequências na família do condenado e nos advogados de defesa envolvidos no caso, até à morte do médico. Assim, a obra pode ser lida, para começar, à luz da perspectiva da reconstrução de um determinado episódio histórico.

É, por isso, de realçar a preocupação do narrador em recriar todo um ambiente e uma época: o final do século passado. Fá-lo baseando-se em factos autênticos, mas completando as lacunas da História com a ficção, o levantar de hipóteses e o avançar possibilidades.

Deste modo, são várias vezes colocadas questões que deixam entrever os aspectos menos claros do problema em causa, optando o narrador, na maior parte dos casos, por dar a conhecer duas leituras possíveis dos acontecimentos, através das vozes e dos pensamentos de personagens “rivais”.

São abundantes as referências a acontecimentos históricos concretos (bem como a alguns dos seus intervenientes) que povoam a narrativa e que servem de pano de fundo à intriga. O contexto histórico do fim do século XIX, com o ultimato de 1890, a crise económica vivida em Portugal, as crises do regime monárquico e o alvorecer da República são várias vezes evocados.

O romance abre logo com a referência ao ultimato inglês, insistindo o narrador não nos aspectos políticos deste acontecimento, mas na reacção do povo.

Aliás, esta personagem colectiva (que mantém afinidades, como veremos adiante, quer com o coro da tragédia grega, quer com os movimentos da turba de Fernão Lopes) revelar-se-á de extraordinária importância no desenrolar da narrativa, roubando o protagonismo ao Dr. Urbino e repartindo-o com a própria cidade do Porto. A amálgama indefinida de cidadãos que constitui o povo («não teriam nomes, não possuíam profissões, vínculos, moradas, aqueles cidadãos entusiasticamente cantando» (Navarro 1998: 9)) funciona como um todo uniforme, um ser colectivo, marcadamente social e característico do Porto, preocupado mais consigo e com os seus do que com os destinos do país: «o povo do Porto, de natureza não exclusivamente individualista, mas afecto aos seus interesses e crises da sua família, do seu comércio, da sua classe» (idem, ibidem: 9). Pululam na narrativa as referências à «multidão» (idem, ibidem: 10) e ao «povo» (idem, ibidem: 35) aos «portuenses» (idem, ibidem: 9), à «arruaça» (idem, ibidem: 12), às «hordas» (idem, ibidem: 106), à «cidade» (idem, ibidem: 107), à «gente» (idem, ibidem: 183) e à «turba» (idem, ibidem: 183).

O contexto político e social em que se situam os acontecimentos relatados é de tal maneira marcante que surge novamente descrito na perspectiva da personagem João António Freitas Júnior, quando refere que «o povo andava exaltado com a tratantada dos aliados, dessa endrómia do ultimato, do mapa cor-de-rosa, dessa léria toda com que ele nada tinha a ver» (idem, ibidem: 35), indicando ao mesmo tempo um afastamento face à política (aqui claramente descrita de forma desprestigiante) e a preocupação com aquilo que é efectivamente seu: «o seu negócio já lhe bastava muito bem» (idem, ibidem: 35).

O momento histórico em que se situa a acção mantém estreitas afinidades com ela, por aquilo que ambos têm de confuso, de perturbado e de inquietante. Aliás, a aproximação dos dois acontecimentos (o bárbaro crime e o período político vivido pelo país) é mesmo estabelecida na narrativa, uma vez que ambos são vistos como indícios apocalípticos, ligados também à aproximação do fim de século¹.

¹ Confrontar com: «Não eram só culpas de republicanos, do judaísmo internacional, de maçãs, de petroleiros, anarquistas, carbonários, ralé infrene, pretendendo arrasar o país, levá-lo à guerra civil, instaurar a desordem, queimar as igrejas, enforcar o último dos seus sacerdotes nas tripas do último polícia, consideravam, cabisbaixos, os monárquicos, os conservadores, os católicos. Não seriam apenas os talassas, os ultramontanos, os papa-hóstias, o rei, a sua pesporrência teutónica, o seu iate, as suas caçadas, as suas pinturas, o seu desinteresse pela pátria a que chamava o aido, as suas amantes, a questão dos adiantamentos, a beatice da rainha, o ultimato, o atraso do povo atribuído a todos os padrecas, responsáveis pelas calamidades, os prodígios assolando Portugal, o planeta, rosnariam, soturnos, cuspihendo partículas de tabaco ordinário, engorgitando copinhos de genebra barata, republicanos, anarco-sindicalistas, socialistas, pedreiros-livres. Estava tudo podre. Tudo doido. A humanidade ia acabar de vez. Dissonantes, soavam as trombetas, anunciando o fim.» (idem, ibidem: 108 e 109).

Num só parágrafo dá-se conta da realidade vivida em Portugal, das tensões sociais internas, dos conflitos políticos e das crises económicas, onde é possível observar a quebra ideológica que se verificava na sociedade portuguesa de então, o extremar de posições de parte a parte, a incapacidade de dialogar que sugere a aproximação do fim, permitindo, ainda que de forma exagerada, caracterizar uma sociedade e uma época, a decadência visível do rei e da monarquia (e do próprio país) e os planos revolucionários que iam sendo elaborados, indícios da necessidade de mudança.

O narrador refere a importância e as profundas marcas que o ultimato deixou na consciência e sobretudo na honra nacional quando o apresenta, aos olhos das personagens, como uma causa directa da “Revolta Republicana de 31 de Janeiro” que teve lugar no Porto. Este acontecimento é amplamente recriado na narrativa, mas de uma forma peculiar, uma vez que a perspectiva que temos é aquela que possuem Urbino de Freitas e João Chagas na cadeia da relação. Há uma diferença significativa na forma como a “Revolta” é sentida e vivida. Enquanto nas ruas «estrelam foguetes, anunciando a vitória no ruidoso folclore que faz das revoluções o espectáculo estremecido pelo povo» (idem, *ibidem*: 113), «os moradores dos prédios circundando a praça enchem as janelas e as varandas, soltam vivas até à rouquidão, agitam frenéticas bandeiras, ornaram com colchas as sacadas, mandam distribuir pelas criadas víveres e bebidas aos soldados» (idem, *ibidem*: 113) e se ouve “A Portuguesa”, «o hino que Alfredo Keil compôs, que Lopes de Mendonça escreveu em desafronta ao ultimato» (idem, *ibidem*: 113), sobre a cadeia, onde estão os guardas (colaboradores do regime), «abate-se o silêncio, a inquietação e a má-consciência» (idem, *ibidem*: 113). Urbino, que observa a cena da prisão através de um binóculo, sente-se dividido por saber que a sua situação não sofrerá melhoramentos com a mudança de regime, ao mesmo tempo que «está vivamente impressionado com o sucesso» (idem, *ibidem*: 113).

O fracasso da Revolta, os tiros, as prisões e as mortes que dela resultaram também se reflectem dentro das paredes da cadeia. Os guardas, que tinham afirmado «terem sido sempre republicanos de alma e coração, figadais inimigos do rei, da rainha, do Governo, da camarilha toda e do clero» (idem, *ibidem*: 113), invertem imediata e oportunamente o seu discurso, «reafirmam fidelidade às instituições reinantes, rosnam terem esperado sempre que a grande vaca que gerara a intentona só gerasse um aborto» (idem, *ibidem*: 114), dando assim conta da crise de convicções que assolava o país.

Nova referência ao contexto político surge na página 199 e tem aí duplo significado, por se tratar de uma referência ao ano de 1898 (exactamente cem anos atrás) e pelas referências às comemorações do quarto centenário da viagem de Vasco da Gama à Índia, que promovem em qualquer leitor, mesmo o mais desatento, analogias com a nossa situação actual.

Deste modo, é curioso verificar que, apesar de o país se encontrar à beira da ruptura completa, sobretudo ao nível económico e político, como o texto o documenta², são realizadas «grandes festas» (idem, ibidem: 200). Poder-se-á ler nestas linhas algumas críticas ao tipo de atitude mantida nos nossos dias face a este mesmo aspecto? Viveremos hoje, como há cem anos, tão alienados da nossa verdadeira realidade e identidade?

Implicitamente, são aqui estabelecidas pontes cronológicas entre três momentos históricos diferentes, em que a dicotomia Glória/Decadência é visível. Nos séculos XV e XVI (a data a reter pelas indicações do texto é 1498), encontramos, em pleno auge da aventura marítima dos Descobrimentos Portugueses, autores a “cantarem” os seus aspectos negativos. Além de Sá de Miranda, (que aqui surge sob a forma de uma referência intertextual, quando no texto se afirma que «não correriam, havia muito, pardaus em Cabeceiras de Basto» (idem, ibidem: 199), excerto da «Carta a António Pereira, senhor de Basto»), também Camões, Gil Vicente, Diogo de Couto e João de Barros dão conta, nas suas obras, em forma de lamentação épica, dos perigos e dos prejuízos de tão grande empresa.

Quatro séculos mais tarde, Portugal vive uma situação deplorável e, mesmo assim, de forma saudosista e completamente desfasada da realidade, evoca, sob a forma de festejos, as glórias já passadas.

Nos dias de hoje, passados que foram mais cem anos, misturam-se as opiniões de quem ainda vive refugiado e isolado num passado mítico e de quem espera refazer o futuro de Portugal baseado antes de mais na realidade e no presente.

Mas a mudança de século referida no romance não traz só modificações ao país, também altera a vida do Dr. Urbino. Após alguns anos numa cadeia de Lisboa e depois de um indulto régio, o médico parte para o degredo em África e para o Brasil, traçando, também ele, um percurso paralelo de descobertas e aventuras em busca da sua reabilitação, que nunca chega a obter.

² Confrontar com: «No ano de 1898, o país debate-se numa gravíssima crise económica. O *deficit* cresce em ritmo alucinante, a dívida do Tesouro aumenta assustadoramente, alastra a circulação fiduciária, as negociações para o convénio da conversão da dívida externa prolongam-se sem resultados, contraem-se empréstimos a curto prazo e juros usurários de 20 a 35 por cento, a praça do Porto soçobra, sucedem-se as falências que, por então, têm efeitos pessoais, impõem a desonra, levam ao suicídio; a corrupção incontestada adquire feições quase legítimas; as possessões coloniais são penhoradas; a Alemanha e a França insistem em impor um controlo financeiro a Portugal, interditando-o por prodigalidade, e o vencido, se bem que não destituído de insolência, General Valeriano Weyler y Nicolau, capitão-geral de Cuba, Filipinas e Catalunha, ministro do exército espanhol, pretendendo tirar desforço da derrota infligida pelos americanos nas Antilhas, propõe ao seu governo, como um piquenique, uma incursão militar até Lisboa» (idem, ibidem: 199).

O reforço destes momentos, que aqui destacamos como tentativa de recriação de um determinado universo histórico, é ainda conseguido através de mais duas ou três técnicas narrativas que interessa referir. Em primeiro lugar, atentemos na validação da verdade histórica através da apresentação de documentos (autênticos, cremos) que certificam os factos narrados, sejam eles notícias de jornais, cartas ou outros documentos que pertencem ao processo judicial. Depois, surgem também referências a nomes e a personalidades conhecidas da época, desde o rei a políticos, sem esquecer os escritores (Camilo Castelo Branco é a mais insistente pela proximidade que terá mantido com a família do Dr. Urbino).

Finalmente, temos a tentativa de recriação de cor local com a descrição de ruas e lugares típicos do Porto. Surgem referências a praças, congostas, à própria prisão, restaurantes, tascas e hotéis. O narrador recorre insistentemente a tudo aquilo que é típico de uma determinada época e de um determinado local: desde as lojas comerciais, passando pelas comidas e chegando à roupas e toda a apresentação das personagens, tudo procura aproximar a narrativa à época a que esta se reporta.

Nesta perspectiva, entende-se a insistência, às vezes quase obsessiva, do narrador em pormenorizar a “pintura” de todos os espaços, de todas as personagens, de todas as refeições, de todas as viagens do texto. O apelo aos sentidos, desde a visão, mais comum e genérico, até ao paladar, que implica maior proximidade e contacto mais directo, é uma constante da narrativa. A importância deste último, dos sabores característicos dos vários alimentos, é um elemento visivelmente recorrente. Também deste modo se pretende caracterizar quer uma época, quer uma região, quer personagens, dando conta dos seus hábitos alimentares, dos seus gostos, das suas preferências. Estes aspectos são visíveis na descrição de Maria Carolina e dos seus excessos alimentares, na refeição em que toma parte Lopes Teixeira e dois colegas de profissão, na viagem de comboio do Porto para Lisboa de Urbino de Freitas e da sua mulher e nas deslocações aos Arcos.

Repare-se, ainda, no que concerne às referências sensoriais, na viagem de comboio da esposa de Urbino até junto do Santo, bem como na viagem de regresso. O narrador começa por nos dar informações sobre o ambiente do comboio onde viajavam as senhoras: de «frouxa luz» (idem, ibidem: 120) e com «um cheiro ácido a anidrido carbónico» (idem, ibidem: 120). Em seguida dá conta do calor intenso que «aumentaria com as baforadas inclementes de um sol novo e feroz» (idem, ibidem: 120), do percurso terrível até à ermida do Santo, «um pardieiro tosco e em ruínas» (idem, ibidem: 120). Mas é com a descrição desta personagem e do interior dos seus aposentos que a descrição atinge o seu auge: «o manto imundo, a pele baça (...) os beiços cor de amora escura (...), o ar impestado de um cheiro queimoso a urinas secas de homem e de animal, a

ressequidas couves, ao fumo enegrecendo as paredes do antro» (idem, ibidem: 121).

Na descrição da viagem de regresso, a cor local está presente na descrição das personagens-tipo com quem se cruzam pelo caminho: os «garotos esfarrapados e ranhosos», «mulheres da cor da lama», «uma cigana»; «dois soldados», «dois homens com fatos muito escuros» (idem, ibidem: 123), o sujeito de pronúncia inglesa, o padre, o cavalheiro com um anel de armas e um rapazito a caminho do seminário.

Há muitos outros momentos em que surge a tentativa de reconstituição de uma época e de um determinado modo de vida com descrições de habitações particulares, restaurantes ou hotéis. Encontramos, deste modo, logo na abertura do romance, a Rua das Flores, tida como «maior centro comercial» da cidade com «as sirgarias, os chapeleiros, os retroseiros, as lojas de panos e as ourivesarias» (idem, ibidem: 10); o salão da casa dos Sampaio com «poltronas forradas a seda (...) cadeiras de palhinha (...), coxins (...), papeleiras, mesas de jogo e pé-de-galo» (idem, ibidem: 14); o Hotel Paris, «com o seu átrio solene como mausoléu de barão cabralista, os seus mármore brancos, na escadaria de dois lances e corrimãos metálicos dourados, vastíssimo salão (...), sofás, poltronas» (idem, ibidem: 23) e o armazém onde, durante o julgamento, jornalistas amigos tomaram uma refeição «naquele espaço obscuro, com a cal das paredes manchada pelo salitre, bojudas pipas, balcão ensebado sob chapa, toalhas húmidas, copos de vidro grosso, ar penetrado de vapores gordurosos» (idem, ibidem: 166), só para dar os exemplos mais elucidativos.

Mas é sem dúvida nas descrições e considerações que faz sobre o Porto que o narrador dá conta das características extremamente peculiares desta cidade, se distancia afectivamente dela e recria um ambiente muito característico do fim do século passado.

Na sua primeira aparição, o Porto surge logo descrito comparativamente a Lisboa, visto pelos olhos de Lothie Karter que, apesar de inglesa, residia, havia muito, na capital. Enquanto para caracterizar Lisboa há referência «à luz meridional, aos tons suaves de aguarela, à enseada amena, aos espaços espalhados, nítidos» (idem, ibidem: 20), o Porto surge como «uma cidade medieval e sombria, de ruas tortuosas, prédios mastodónicos que a chuva contínua, o pó, o granito erodido sinistramente amalgamavam.» (idem, ibidem: 20). E a verdade é que esta visão do Porto, tendencialmente disfórica e crítica, vai sendo reforçada ao longo de todo o romance, surgindo sempre o Porto associado às ideias de falta de beleza, escuridão, granito, atmosfera pesada, atraso evolucionar (retratado como uma «aldeia iluminada que era o Porto» (idem, ibidem: 169)), noções estas que são ainda acentuadas pelo próprio clima da cidade, também ele peça importante para a compreensão da narrativa, por espelhar as realidades interiores das personagens ou por actuar em evidente